Introdução ao Desenvolvimento Sustentável



Centro de Desenvolvimento Sustentável UnB

UnB

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil

Introdução ao desenvolvimento sustentável [livro eletrônico] / [editores Tálita Floriano dos Santos...[et al.]]. -- 1. ed. -- Brasília, DF : Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2025.
PDF
Outros editores: Cristiane Gomes Barreto, Mauro Guilherme Maidana Cappellaro, José Augusto Drummond.
Bibliografia.
ISBN 978-65-85259-38-5
1. Desenvolvimento sustentável 2. Meio ambiente 3. Sustentabilidade ambiental I. Santos, Tálita Floriano dos. II. Barreto, Cristiane Gomes. III. Cappellaro, Mauro Guilherme Maidana. IV. Drummond, José Augusto.

25-266925 CDD-333.9516

Índices para catálogo sistemático:

1. Meio ambiente : Conservação e proteção 333.9516
Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ISBN: 978-65-85259-38-5
9 786585 259385

Expediente

Editores

Tálita Floriano dos Santos

Cristiane Gomes Barreto

Mauro Guilherme Maidana Cappellaro

José Augusto Drummond

Diagramação/Projeto gráfico/Infografia

Lidiane Holanda

Revisão

Stela Máris Zica

Colaboradores

Alessandro Roberto de Oliveira
Alexandre Strapasson
Ana Claudia Sanches Baptista
Ana Karine Pereira
Andrei Cechin
Andrés Burgos
Arnoldo Santos de Lima
Bernardo Carlos Spaulonci Chiachia Matos de Oliveira
Carlos Hiroo Saito
Cristiano Lenzi
Daniela Gonçalves Mattar
Daniela Nogueira
Diego Pereira Lindoso
Doris Sayago
Edel Nazaré Santiago de Moraes
Elimar Pinheiro do Nascimento
Fabiano Toni
Fernando Paiva Scardua
Gleidson Oliveira Silva
Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti
José Luiz de Andrade Franco
Lígia Chicareli Kawata
Louis Philippe Patrick de Jongh Filho
Marcela Ibiapino
Marilia Telma Manjate
Maurício Amazonas
Nayara Rodrigues Marques
Oscar de Moraes Cordeiro Netto
Paulo Celso dos Reis Gomes
Renata Camargo de Araújo
Renata Távora
Romero Gomes P. da Silva
Saulo Rodrigues Filho
Stéphanie Nasuti
Tahinah Martins
Yasmin Oliveira

INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tálita Floriano dos Santos

Cristiane Gomes Barreto

Mauro Guilherme Maidana Cappellaro

José Augusto Drummond

Universidade de Brasília

Centro de Desenvolvimento Sustentável

Este livro foi patrocinado pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC)

FINATEC Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos

Centro de Desenvolvimento Sustentável

UnB

SUMÁRIO

PREFÁCIO 5

CARTA DOS EDITORES 14

CONCEITOS INICIAIS 16

1. O ANTROPOCENO E A GRANDE ACELERAÇÃO 17
2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO 31
3. CIÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE 48
4. CRÍTICAS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 59
5. ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PÓS-DESENVOLVIMENTO 70

FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 82

6. ECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE 83
7. ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE 93
8. SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE 103
9. POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE 114

TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS 125

10. BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS 126
11. ÁGUA E SUSTENTABILIDADE 135
12. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUSTENTABILIDADE: PARTE I 142
13. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUSTENTABILIDADE: PARTE II 152
14. CIDADES SUSTENTÁVEIS 162
15. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS 168
16. ENERGIA E SUSTENTABILIDADE 178
17. EDUCAÇÃO AMBIENTAL 187
18. INJUSTIÇA, RACISMO, DIVERSIDADES E MEIO AMBIENTE 196
19. GÊNERO E SUSTENTABILIDADE 207
20. GOVERNANÇA AMBIENTAL 213
21. REDES E SUSTENTABILIDADE 221
22. ESG: ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE 230
23. ECOLOGIA INDUSTRIAL OU O USO EFICIENTE DE RECURSOS NATURAIS 240

SEÇÃO

03

TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS



19. GÊNERO E SUSTENTABILIDADE

Daniela Nogueira[1]

Resumo

Para tratar do debate sobre a relação entre gênero e sustentabilidade, o presente capítulo está organizado em quatro partes. A introdução contém a operacionalização dos conceitos; a primeira seção discute as condições de dizibilidade e visibilidade do campo teórico-conceitual analisado; a segunda seção problematiza a discussão de gênero como *driver* de sustentabilidade. O texto apresenta a Agenda 2030 para exemplificar essa interação na prática. Ele apresenta também a interface entre gênero e gestão das águas como exemplo concreto dessa relação. Finalmente, o texto apresenta as considerações finais. Ao final do capítulo, será possível responder às seguintes questões: (i) Como as questões de gênero influenciam a dimensão social da sustentabilidade; (ii) Quais são os impactos das desigualdades de gênero na distribuição de recursos e oportunidades?; (iii) De que maneira o conceito de gênero se relaciona com a evolução do debate sobre desenvolvimento sustentável?; (iv) Qual a importância dos estudos sobre gênero dentro do debate sobre sustentabilidade e como eles impactam a formulação e implementação de políticas públicas?

Introdução

As discussões acerca das questões de gênero e o debate sobre a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento vêm caminhando juntos. Elas compõem um campo que vem ganhando força, consistência e um número crescente de adesões. Pela sua própria natureza e transversalidade, as questões de gênero dialogam com os três pilares do desenvolvimento sustentável (social, ambiental e econômico). Essas questões impactam e são impactadas, evocando uma alta complexidade do debate, tendo em vista o amplo feixe de problemas e relações que ele mobiliza.

Todavia, o tema do gênero se relaciona de maneira mais direta com a dimensão social da sustentabilidade, pois o debate acerca da equidade social é central para abordar as questões de gênero. Isso ocorre porque essas questões se inscrevem em relações sociais de sexo ancoradas em tradições culturais que resultam em desigualdades de oportunidades de educação, de trabalho, de organização social, de participação política e de acesso e controle dos recursos naturais. Isso resulta em assimetrias de renda e de acesso aos serviços básicos e, consequentemente, em padrões fundamentalmente desiguais de socialização do bem-estar.

Assim como no debate acerca da sustentabilidade, falar sobre gênero significa entrar em um campo interdisciplinar do saber que se constituiu a partir do diálogo entre diversas áreas do conhecimento, quais sejam: sociologia, antropologia, ciência política, economia, direito, psicologia, entre outras.

Para abordar essa discussão, é preciso primeiramente distinguir as categorias gênero e mulher, ou mulheres. O termo mulher diz respeito ao sexo biológico, enquanto a categoria gênero se refere à identidade sexual. É necessário também distinguir as categorias sexo e gênero. Enquanto a categoria sexo demarca o que é ser mulher ou fêmea e o que é ser homem ou macho, o gênero trata daquilo que pertence ao campo do feminino, do masculino ou que se encontra na interface entre os dois, conforme o esquema apresentado no Quadro 1.

1 Centro de Desenvolvimento Sustentável e Programa de Gestão e Regulação em Recursos Hídricos, Universidade de Brasília

Quadro 1 – Diferenças entre sexo e gênero

Sexo	Gênero
biológico	cultural
função de reprodução	função de organização social
diferenças orgânicas	diferenças socioculturais
geneticamente determinado	socialmente construído

Fonte: Adaptado de material didático desenvolvido pela autora para o Curso em EaD "Água e Gênero" da Agência Nacional de Águas e Saneamento (http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7694)

A categoria gênero é elemento central da organização social construída nas diferentes culturas, a partir da distinção e hierarquização do que é considerado como pertencente ao mundo masculino ou ao mundo feminino. Para destacar a dimensão cultural que permeia o conceito de gênero, vale mencionar o que Michel Foucault (1926-1984) denomina de condições de dizibilidade e visibilidade de um dado objeto ou campo de estudo. Para ele, o pensamento é uma realidade historicamente constituída, não tem estatuto ontológico e é correlato às constelações de poder-saber que definem as condições de possibilidade de discursos e práticas em um determinado momento da história (Foucault, 2004).

Gênero e sustentabilidade: condições de dizibilidade e visibilidade

Para Foucault, falar em condições discursivas significa dizer que nem sempre foi possível falar do que falamos hoje e da forma que falamos. Trata-se, portanto, de um processo histórico, o que significa dizer que nem sempre foi aceitável, por exemplo, falar de um modelo de desenvolvimento que levasse em consideração os limites planetários; isso só se tornou possível à medida que se formou uma consciência sobre a finitude dos recursos naturais. Isso aconteceu graças, de um lado, ao fortalecimento do movimento ambientalista e, de outro, graças à institucionalização e ao amadurecimento da discussão acerca dos caminhos para o desenvolvimento sustentável (DS).

É possível traçar o mesmo paralelo com as questões de gênero, pois nem sempre foi possível e aceitável falar sobre direitos, equidade e desnaturalização das desigualdades sociais. Conforme afirma Machado (1994, p. 2), "a emergência de um campo [...] definido por privilegiar os estudos sobre mulheres, os estudos sobre as relações sociais de sexo ou de gênero ('gender') é recente e devedora dos movimentos sociais feministas e de 'liberação das mulheres' dos anos setenta". Esses movimentos, ao introduzirem novas perspectivas e interrogações, reivindicam um caráter inovador em face da tradição dos saberes disciplinares. Todavia, para além das diferenças, as várias correntes dão uma contribuição comum que diz respeito à projeção das mulheres como sujeito político e crítico capaz de "[...] repensar as noções e os usos da alteridade e da subjetividade nas modalidades de fazer ciência e filosofar" (Machado, 1994, p. 6).

No que diz respeito ao campo intelectual brasileiro de "estudos sobre mulheres" e "estudos sobre gênero", ele se constitui na interlocução com "[...] autoras(es) do campo intelectual americano dos *'women's studies'* e dos *'gender studies'*, e do campo intelectual francês das 'pesquisas feministas', 'pesquisas sobre mulheres', 'estudos femininos' e 'estudos sobre as relações sociais de sexo'" (Heilborn; Sorj, 1999; Machado, 1994, p. 7). Por isso, tanto o campo dos estudos de gênero quanto o campo do meio ambiente são tributários do processo de democratização das sociedades modernas e de seus avanços e recuos nas últimas décadas. Todavia, a despeito da consolidação do campo dos estudos sobre gênero e sustentabilidade, há um descompasso entre o reconhecimento da discursividade do campo e a operacionalização de categorias que traduzam esse discurso na formulação de uma agenda governamental pautada por iniciativas, como programas e políticas de meio ambiente que incorporem uma perspectiva de gênero.

Gênero e sustentabilidade, assim como democracia, participação, sociedade civil e DS, formam um conjunto de termos e expressões inserido na agenda política nas últimas décadas. Fruto de dinâmicas sociais diversas, eles são usados nos mais variados contextos. A despeito dessa popularização do termo gênero em determinados espaços, os desafios de traduzir a complexidade da "incorporação da perspectiva de gênero" ou ainda do "recorte de gênero" em termos operacionais são ainda pouco enfrentados. Isso tem deixado lacunas e contribuído para o esvaziamento e consequente desgaste do tema, fortalecendo resistências e dificultando o reconhecimento da importância da questão, que tem relevância para que as políticas públicas alcancem maior efetividade.

Gênero – *driver* de sustentabilidade

A análise aqui esboçada da configuração desses dois campos do saber é necessária para entender os fundamentos em que estão ancorados tais estudos na agenda política e na pesquisa contemporânea nacional e internacional. Isso é necessário para formular e implementar políticas públicas e para analisar a sua interação e impacto na construção da sustentabilidade, objetivo maior deste capítulo (Nogueira, 2009).

Primeiramente, é preciso destacar que a discussão acerca da sustentabilidade vai muito além da relação com o meio ambiente e da preservação dos recursos naturais. Ela pressupõe o reconhecimento da centralidade da justiça ambiental e da constatação de que a crise ambiental, seja pelo escasseamento dos recursos naturais, seja pela desestabilização dos ecossistemas, afeta de modo diferente e muitas vezes de forma desigual e injusta os diversos grupos sociais (Acserald *et al*., 2009). Portanto, não há como falar em DS sem evocar a urgência histórica de uma sociedade mais justa e equilibrada e sem reconhecer o princípio da equidade e, consequentemente, da igualdade de gênero como um pilar da sustentabilidade.

Dois caminhos convergem para ilustrar a importância dos estudos sobre gênero dentro do debate sobre sustentabilidade. Um deles é a relação das mulheres com o meio ambiente, a partir do reconhecimento delas como principais responsáveis pelo manejo dos recursos naturais. Na busca pela preservação do planeta, elas passaram a ser reconhecidas como aliadas estratégicas (Ávila *et al*., 2016). O segundo caminho diz respeito ao impacto da perda da biodiversidade para populações em situação de vulnerabilidade e, particularmente, para o aumento da pobreza em geral e da feminização da pobreza, em particular. Estudo do Trata Brasil (2022) estima que 51,8% da população abaixo da linha da pobreza são mulheres e 48,2% são homens.

Iniciativas em diversas escalas para tornar as ações das mulheres mais sustentáveis são uma alternativa. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e a Convenção para a Diversidade Biológica elaboraram um "Plano de Gênero" para o período 2015-2020, destacando a importância do gênero para a manutenção da biodiversidade, em publicações como "Las mujeres, la salud y el médio ambiente: equidad de género y el médio ambiente" (Ávila *et al*., 2016 *apud* Nuestro Planeta, 2004).

Ao analisar o escopo de programas de desenvolvimento, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Pnuma, entre outros, fica clara a importância crescente dada ao gênero como estratégia global para reduzir os impactos sobre os recursos naturais, melhorar a gestão do meio ambiente e diminuir a pobreza. A proliferação de planos e estratégias para alcançar a igualdade de gênero se traduz em agendas globais, como a Agenda 2030 para o DS, examinada a seguir.

A Agenda 2030 na interface entre gênero e sustentabilidade

Um exemplo concreto dessa interação é a Agenda 2030, especialmente a interface que ela propõe entre gênero e a gestão das águas. No Brasil, a água é sinônimo de abundância, mas também de desigualdade. O debate acerca das desigualdades sociais é central para discutir o lema da Agenda 2030 – "não deixar ninguém para trás". Trazer essa discussão para pensar a articulação entre o "ODS 5 – Igualdade de Gênero" e o "ODS 6 – Água Potável e Saneamento" é um caminho para abordar a relação entre gênero e sustentabilidade.

A água é um vetor estratégico de desenvolvimento. Problemas relacionados à qualidade e à quantidade da água vêm afetando os mais diferentes setores da sociedade. Nesse cenário, a busca pela segurança hídrica se torna um imperativo da sustentabilidade, e as políticas públicas devem buscar a democratização do acesso à água. A existência do princípio da equidade social como pilar da gestão integrada de recursos hídricos está diretamente relacionada com o fato de a água ser uma necessidade humana básica. A Assembleia Geral das Nações Unidas também reconhece esse princípio como parte dos direitos dos humanos à vida. A Resolução A/RES/64/292 da ONU, de 28 de julho de 2010, declarou a água limpa e de oferta segura e o saneamento como direitos humanos essenciais para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos.

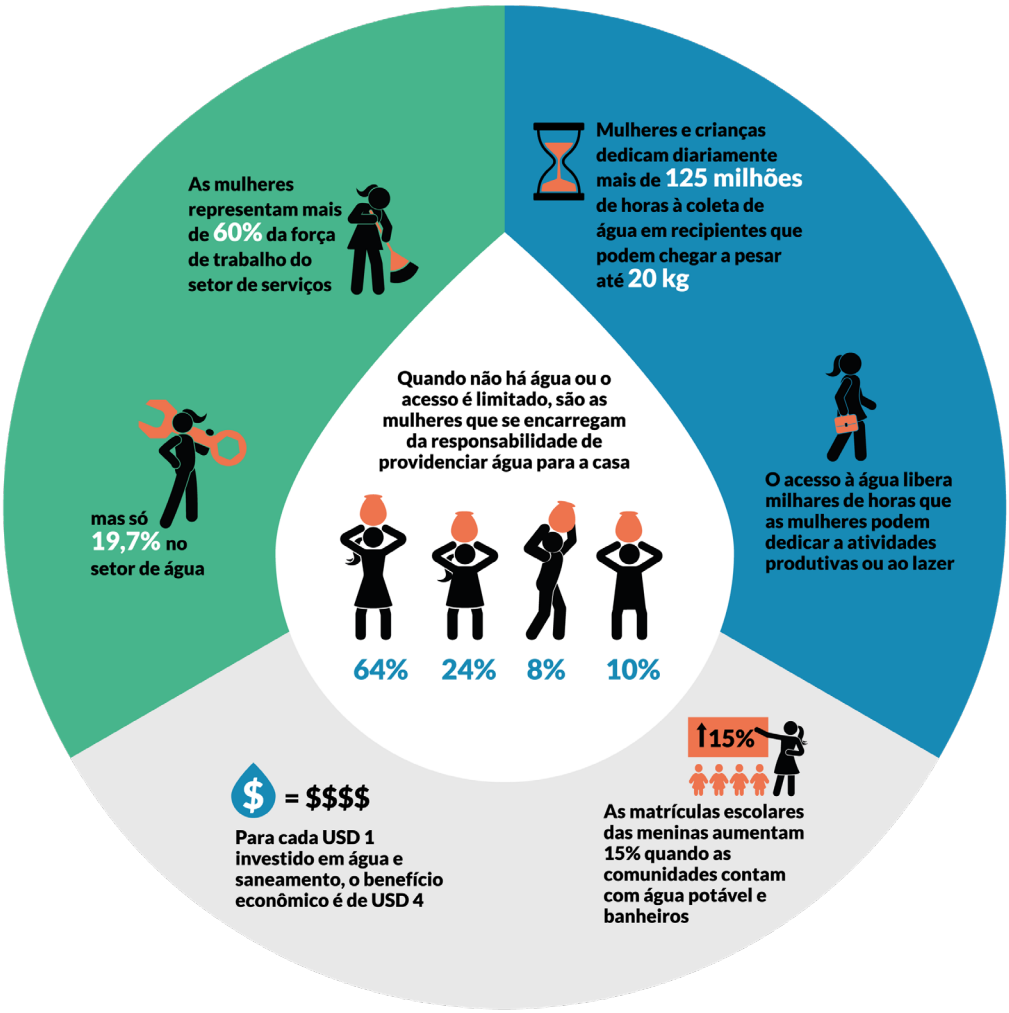
No caso específico de questões relacionadas a gênero, o relator especial das Nações Unidas sobre o Direito Humano à Água Potável e o Esgotamento Sanitário, Léo Heller, ressaltou a necessidade de uma "abordagem transformadora como pré-requisito para atingir enfim a igualdade de gênero na fruição dos direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário". Destacou também as necessidades específicas das mulheres e de outros grupos vulneráveis, como crianças, indígenas, idosos, entre outros, pois o acesso aos serviços de água e saneamento fortalece a capacidade adaptativa desses grupos. Iniciativas nesse sentido alcançam famílias e comunidades e se tornam vetores estratégicos do desenvolvimento ao enfrentar determinantes materiais e estruturais que reproduzem as desigualdades sociais (United Nations, 2017, p. 1).

Para entender como essa agenda de gênero e água se articula com a sustentabilidade, é necessário compreender como essa discussão é tratada no âmbito da governança global. A Agenda 2030, instrumento de cooperação internacional para o desenvolvimento, pode impactar as diversas realidades nacionais, potencializar a inclusão e garantir os direitos de meninas e mulheres à água.

Os eventos críticos relacionados à água, como escassez ou inundações, afetam diretamente os grupos mais pobres e vulneráveis, que dependem mais dos recursos naturais. Esse impacto se torna ainda mais relevante diante das mudanças climáticas. A dependência dos recursos naturais faz com que esses grupos sejam mais vulneráveis, pois estão expostos às mudanças climáticas e são mais sensíveis devido às suas atividades. Isso os torna mais suscetíveis aos impactos da intensificação de secas ou chuvas prolongadas. Assim, é importante articular essa discussão com o ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima, em especial com a meta 13.b, que visa promover mecanismos para o desenvolvimento de capacidades de planejamento e gestão eficazes relacionados às mudanças climáticas nos países do Sul Global, com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2016) publicou dados que permitem estimar que em 64% dos casos nos quais ocorre escassez de água, as mulheres são as responsáveis pela provisão dela para uso doméstico. Por outro lado, as matrículas escolares das meninas crescem 15% nas comunidades com acesso à água potável e a banheiros, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 – Infográfico: "A água tem gênero?"



Fonte : Banco Interamericano de Desenvolvimento (2016)

Tendo em vista que as mulheres pertencentes a grupos sociais que vivem à margem da sociedade são reconhecidas como mais vulneráveis, a escassez de água impacta as suas vidas e as de suas famílias de forma mais direta. A inclusão desse tipo de questões nas políticas públicas em geral, e em particular nas políticas de água, contribui para aumentar a segurança hídrica, para criar sistemas de fornecimento de água mais resilientes e robustos e, consequentemente, para incrementar a sustentabilidade.

Considerações finais

O presente capítulo teve como objetivo organizar o debate sobre a relação entre gênero e sustentabilidade a partir da operacionalização desses conceitos e de suas condições de discursividade. Ele buscou pontuar a dimensão de gênero como uma condição necessária da sustentabilidade, pois é preciso pensar o DS a partir de uma perspectiva mais inclusiva, com destaque para a dimensão social e, particularmente, para o princípio da equidade como *driver* de sustentabilidade. Para ilustrar essa discussão, o texto argumentou a necessidade de reconhecer e incorporar a dimensão de gênero nos programas de desenvolvimento e nas agendas globais. Para exemplificar, o texto discutiu a interface entre o ODS 5 – Igualdade de Gênero e o ODS 6 – Água e Saneamento. O capítulo sintetizou esse debate concluindo que, a partir de novas condições de visibilidade e dizibilidade, a articulação entre as categorias gênero e sustentabilidade é parte de uma nova prática discursiva de desenvolvimento que aponta para o DS, provendo uma estratégia de intervenção no combate à crise ambiental e tornando visível e enunciável a inclusão do gênero como *driver* de sustentabilidade em políticas e iniciativas ambientais globais.

REFERÊNCIAS

» AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. Curso em EaD “Água e Gênero”. Material didático, 2022. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7694).Acesso em: 01 dez. 2024.

» ÁVILA, D. A.; RIBEIRO, P. R. C.; HENNING, P. C. O gênero é fundamental para o desenvolvimento sustentável: reflexões sobre a operação de dispositivos em programas globais e seus efeitos para a Educação Ambiental. REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, p. 95–119, 2016.

» BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. América Latina e Caribe: água e saneamento. SILVA, A.; SUBIZA, D. (Org.). Folheto. [s.l.]: Banco Interamericano de Desenvolvimento, mar. 2016.

» FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

» HEILBORN, M.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). v. 2 – Sociologia. São Paulo/Brasília: Editora Sumaré/ Anpocs/Capes, 1999.

» MACHADO, L. Campo intelectual e feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero. Série Antropologia, n. 170, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

» NOGUEIRA, D. Gênero e água – desenhos do Norte, alternativas do Sul: análise da experiência do semiárido brasileiro na construção do desenvolvimento democrático. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

» TRATA BRASIL. O saneamento e a vida da mulher brasileira: relatório de consultoria. 2022.

» UNITED NATIONS. Relatório do Relator Especial sobre o Direito Humano à Água Potável Segura e ao Esgotamento Sanitário. United Nations General Assembly. [s.l.]: UN General Assembly, jul. 2017. A/HRC/33/49, p. 1, 2017.


FINATEC
Centro de Desenvolvimento
Sustentável UnB
UnB